



UNIÃO DAS FREGUESIAS

DE

FOZ DE AROUCE E CASAL DE ERMIO

ATA N.º 9 - EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, reuniu extraordinariamente o Executivo da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, presidida por Sofia Isabel Dias Simões Antunes com a presença do Secretário José Fausto Rodrigues Duarte e do Tesoureiro Francisco José da Silva Morais, no edifício sede da Junta em Foz de Arouce, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 2- Análise, discussão e votação da conta de gerência de 2025, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 3- Análise, deliberação e votação da primeira Alteração Modificativa de 2026, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 4- Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências 2026, a celebrar com o Município da Lousã, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- 5- Análise, discussão e votação da proposta de intervenção no património arbóreo dos cemitérios da freguesia, visando o abate de exemplares de Cupressus (Ciprestes/Cedros) por motivos de segurança pública e planeamento de reflorestação.
- 6- Emissão de relatório preliminar da adjudicação do procedimento por Ajuste Direto n.º 001/2026 – prestação de serviços silvícolas e limpeza da rede viária.

Ponto um da ordem do dia – APRECIAR O INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPETIVA AVALIAÇÃO.

Pela Presidente da Junta foi presente o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Freguesia, referente ao ano de 2025. Foi explicado que, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão executivo elaborar e manter atualizado este inventário, devendo o mesmo ser remetido à Assembleia de Freguesia

para apreciação. Mais informou que o referido inventário se encontra devidamente integrado no Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025, especificamente no seu Anexo 6, refletindo com rigor e transparência a situação patrimonial atual da autarquia.

DELIBERAÇÃO: O Executivo, após análise do documento e verificada a sua conformidade com a realidade patrimonial da Freguesia, deliberou, por unanimidade: Tomar conhecimento do Inventário do Património da Freguesia atualizado à data de 31 de dezembro de 2025; Aprovar o envio do referido inventário (Anexo 6 das Contas de 2025) à Assembleia de Freguesia, para efeitos de apreciação, em estrito cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013; Dar publicidade ao facto de que o documento se encontra disponível para consulta pelos membros da Assembleia e demais interessados, no âmbito da prestação de contas anual.

Ponto dois da ordem do dia – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2025.

Foi apresentado pela Presidente o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2025. Foi destacado que o ano foi marcado pela transição entre dois períodos de gestão distintos devido às eleições autárquicas de outubro. Em termos de execução, salientou-se: Receita: 405.000€ (92,87% de execução); Despesa: 384.000€ (88,07% de execução); Investimento: Representou cerca de 70% da despesa total; Poupança Corrente: 79.000€; Saldo para 2026: 21.000€.

O documento evidencia uma gestão equilibrada, com forte aposta na melhoria de infraestruturas e cumprimento do rigor orçamental.

DELIBERAÇÃO: Face aos resultados apresentados e verificada a conformidade legal dos documentos, a Junta de Freguesia deliberou, por unanimidade: Aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2025, incluindo o respetivo Inventário do Património (Anexo 6); Remeter os referidos documentos à Assembleia de Freguesia, para efeitos de apreciação e votação na sessão ordinária de abril, conforme exige a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Enviar a prestação de contas ao Tribunal de Contas através da plataforma informática respetiva, após a aprovação na Assembleia.

Ponto três da ordem do dia – ANÁLISE, DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA DE 2026.

Ponto quatro da ordem do dia – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 2026, A CELEBRAR COM O MUNICÍPIO DA LOUSÃ.

Pela Presidente da Junta foi prestada informação detalhada sobre o processo de negociação dos Contratos Interadministrativos para 2026 com o Município da Lousã. Foi

sublinhado que estas verbas se destinam a investimento direto em património municipal (rede viária e drenagem), executado pela União de Freguesias.

O Executivo destacou os seguintes pontos fulcrais: Reforço Verba: Fruto da negociação, o montante inicial de 56.100,00€ foi revisto para 65.150,00€.

Intervenções prioritárias: O valor será alocado à Rua Cimo das Vinhas (Casal de Ermio), Rua do Travasso e Rua da Amoreira (Foz de Arouce), incidindo em pavimentações, muros de suporte e drenagem de águas pluviais.

Insuficiência de recursos: Foi registado em ata que, apesar do reforço, o valor é manifestamente insuficiente face à vasta extensão territorial da União de Freguesias (o dobro de outras freguesias do concelho) e à dispersão da sua rede viária.

Reclamação de equidade: O Executivo reafirmou a necessidade de rever os critérios de distribuição de verbas do Município, para que passem a considerar o fator "área territorial" e "extensão viária", sob pena de penalização contínua desta população.

Obras em espera: Referência às intervenções urgentes na Estrada da Pegada e Estrada de Pousafoles, Rua do Moinho, (Alçaperna), Rua da Gelfa e Rua dos Barreiros, que ficam a aguardar enquadramento nas Grandes Opções do Plano (GOP) do Município.

DELIBERAÇÃO: O Executivo, após analisar os termos do acordo negocial, deliberou, por unanimidade: Tomar conhecimento do reforço da dotação e do plano de intervenções para 2026; Aprovar a aceitação do montante de 65.150,00€ no âmbito dos Contratos Interadministrativos, sem prejuízo de continuar a reivindicar junto do Município uma repartição mais justa dos recursos públicos; Autorizar a Presidente da Junta a outorgar os referidos Contratos e a realizar os procedimentos necessários para a execução célere das obras previstas.

Ponto cinco da ordem do dia – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO ARBÓREO DOS CEMITÉRIOS DA FREGUESIA, VISANDO O ABATE DE EXEMPLARES DE CUPRESSUS (CIPRESTES/CEDROS) POR MOTIVOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PLANEAMENTO DE REFLORESTAÇÃO.

Pela Presidente da Junta foi apresentada uma proposta técnica detalhada para a intervenção no património arbóreo dos cemitérios da União de Freguesias. Foi exposto que os exemplares de Cupressus (cedros e ciprestes) existentes apresentam um risco elevado de queda sobre jazigos, campas e utilizadores, especialmente face ao aumento de fenómenos meteorológicos extremos. Explicou-se que estas espécies não admitem podas drásticas de recuperação, sendo o abate planeado a única solução de gestão de risco viável. Mais foi apresentado um Plano de Regeneração, que prevê a substituição destes exemplares por espécies mais adequadas (como Teixos, Oliveiras e Magnólias), que garantem segurança, dignidade estética e raízes não invasivas.

88
Quarta
Mar

DELIBERAÇÃO: Após análise da fundamentação técnica e do plano de substituição, o Executivo da União de Freguesias deliberou, por unanimidade: Aprovar a estratégia de intervenção preventiva, reconhecendo a perigosidade dos exemplares identificados e a necessidade de salvaguarda de pessoas e bens; Aprovar o Plano de Regeneração do Espaço Verde, com a introdução das novas espécies propostas; Remeter a presente proposta à Assembleia de Freguesia, para efeitos de deliberação e autorização da intervenção estrutural no património arbóreo, dado o impacto na configuração e imagem do espaço público; Autorizar o envio do dossiê técnico (justificação e tabela comparativa de espécies) para acompanhamento da proposta de deliberação à Assembleia.

88
Presidente
11/01/2026

Ponto seis da ordem do dia – EMISSÃO DE RELATÓRIO PRELIMINAR DA ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO N.º 001/2026 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SILVÍCOLAS E LIMPEZA DA REDE VIÁRIA.

Pela Presidente foi presente o Relatório Preliminar de análise das propostas no âmbito do procedimento para a “Prestação de serviços silvícolas e limpeza da rede viária”, com o preço base de 14.000,00€. Informou-se que foram convidadas quatro entidades, tendo-se verificado o seguinte:

A firma Desbrava apresentou a proposta mais baixa 13.943,00€, (treze mil e novecentos e quarenta e três euros).

O concorrente Francisco Simões Martins Unipessoal, Lda. apresentou um valor 15.500,00€, (quinze mil e quinhentos euros), superior ao preço base, motivo pelo qual deve ser excluído.

O concorrente Sérgio Santos declinou o convite por escrito.

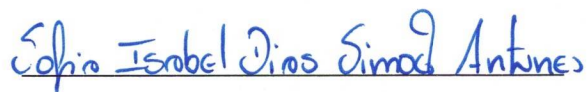
O concorrente UGAPForest, Unipessoal, Lda. Apresentou um valor de 20.000,00€, (vinte mil euros).

Face à análise técnica, o Júri do procedimento propõe a intenção de adjudicação à empresa Desbrava.

DELIBERAÇÃO: O Executivo, após tomar conhecimento do relatório e da fundamentação legal apresentada, deliberou, por unanimidade: Aprovar o Relatório Preliminar de análise e classificação de propostas; Validar a intenção de exclusão da proposta de Francisco Simões Martins Unipessoal, Lda., e da empresa UGAPForest, Unipessoal, Lda., por ultrapassar o preço base fixado (Art.º 70.º do CCP); Validar a intenção de adjudicação à empresa Desbrava, pelo valor global de 13.943,00€, (treze mil e novecentos e quarenta e três euros); Notificar os concorrentes do teor deste relatório para efeitos de Audiência Prévia, nos termos do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o prazo de 3 dias úteis para pronúncia.

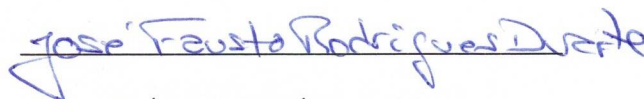
E por não haver mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, tendo sido elaborada a presente ata, que, depois de lida, vai ser assinada pela Presidente, pelo Tesoureiro e pelo Secretário.

A Presidente



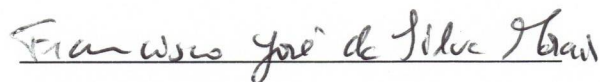
Sofia Isabel Dias Simões Antunes

O Secretário



José Fausto Rodrigues Duarte

O Tesoureiro



Francisco José da Silva Moraes